



**OBSERVATÓRIO DA EQUIDADE DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR E  
EXTRATIVISMO DE RONDÔNIA:  
COMBATENDO A INVISIBILIDADE DAS MULHERES NEGRAS E INDÍGENAS NOS  
SETORES PRODUTIVOS AMAZÔNICOS<sup>1</sup>**

**OBSERVATORY FOR GENDER EQUITY IN FAMILY FARMING AND EXTRACTIVISM  
IN RONDÔNIA:  
COMBATING THE INVISIBILITY OF BLACK AND INDIGENOUS WOMEN IN THE  
AMAZONIAN PRODUCTIVE SECTORS**

**OBSERVATORIO DE EQUIDAD DE GÉNERO EN LA AGRICULTURA FAMILIAR Y  
EL EXTRACTIVISMO DE RONDONIA:  
COMBATIENDO LA INVISIBILIDAD DE LAS MUJERES NEGRAS E INDÍGENAS EN  
LOS SECTORES PRODUCTIVOS AMAZÓNICOS**

**Camilla Jéssica da Silva Barroso <sup>2</sup>**

---

<sup>1</sup>Resumo apresentado ao GT 2 – Trabalho Decente, Precarização e Economia Digital, no VI Congresso Internacional DHJUS – Futuros Possíveis. Programa de Doutorado e Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça.

<sup>2</sup>E-mail: millajessica22@gmail.com. Lattes:<http://lattes.cnpq.br/8027877532627370>  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-0875-9722>



## Resumo

Este projeto propõe a criação de um Observatório da Equidade de Gênero para monitorar as condições de trabalho e a participação de mulheres negras e indígenas na agricultura familiar e no extrativismo em Rondônia . Partindo da constatação de que esses setores, essenciais para a soberania alimentar e a conservação da sociobiodiversidade, perpetuam uma tripla invisibilidade – de gênero, raça e desvalorização do trabalho feminino – a pesquisa visa gerar dados empíricos para combater a marginalização dessas mulheres . Adotando uma metodologia de métodos mistos, que integra análise de dados e pesquisa de campo participativa em comunidades tradicionais, o estudo desenvolverá indicadores interseccionais. O resultado principal será uma plataforma tecnológica, o Observatório, concebido como um instrumento para subsidiar políticas públicas, fortalecer a atuação do sistema de justiça e promover um desenvolvimento socioambiental mais justo e sustentável na Amazônia.



## Introdução

A presente pesquisa aborda a invisibilidade estrutural das mulheres negras e indígenas na agricultura familiar e no extrativismo, vetores fundamentais para a vida e a economia local no estado de Rondônia. Embora essenciais para a produção de alimentos e a manutenção de conhecimentos tradicionais, esses setores operam sob lógicas que frequentemente marginalizam a contribuição feminina, especialmente de grupos racializados. O problema central reside na ausência de dados desagregados que considerem as interseccionalidades de gênero e raça, o que resulta em uma tripla invisibilidade: como mulheres em ambientes muitas vezes patriarcais, como pessoas racializadas em estruturas de poder brancas e como trabalhadoras cujas atividades são historicamente desvalorizadas. Essa lacuna compromete a formulação de políticas públicas de apoio, perpetua a sobrecarga de trabalho e a exclusão dos processos decisórios, e impede o reconhecimento de saberes cruciais para a sustentabilidade (SILVA, 2021). Diante disso, o objetivo do trabalho é desenvolver um Observatório da Equidade de Gênero para monitorar as condições de vida e trabalho dessas mulheres, visando visibilizar e transformar sua realidade. A justificativa do projeto ancora-se em sua relevância científica, ao inovar com ferramentas interseccionais na análise jurídica; social, ao produzir evidências para aprimorar a atuação do sistema de justiça (SANTOS, 2007); e na urgência socioambiental da Amazônia, onde essas mulheres são guardiãs de conhecimentos essenciais para a conservação.

---



**OBSERVATÓRIO DA EQUIDADE DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR E  
EXTRATIVISMO DE RONDÔNIA:  
COMBATENDO A INVISIBILIDADE DAS MULHERES NEGRAS E INDÍGENAS NOS  
SETORES PRODUTIVOS AMAZÔNICOS<sup>3</sup>**

O referencial teórico da pesquisa articula os estudos de gênero, relações étnico-raciais e justiça socioambiental, com base em conceitos como a interseccionalidade, que permite analisar como as opressões de raça e gênero se sobrepõem e criam vulnerabilidades específicas (CRENSHAW, 2002) . A investigação dialoga com o pensamento feminista negro e decolonial, que questiona as estruturas de poder herdadas da colonialidade e propõe novas epistemologias para a produção de conhecimento e a prática jurídica (MIGNOLO, 2008) . Essa base conceitual é fundamental para compreender como a pressão sobre os territórios amazônicos, seja pela falta de políticas de fomento à agricultura familiar ou pela expansão de outras frentes econômicas, reproduz e aprofunda desigualdades históricas que afetam desproporcionalmente as mulheres negras e indígenas (DAVIS, 2016; FEDERICI, 2019) .

Para alcançar seus objetivos, a pesquisa adotará uma metodologia de métodos mistos, combinando abordagens quantitativas e qualitativas em cinco

---

<sup>3</sup>Resumo apresentado ao GT 2 – Trabalho Decente, Precarização e Economia Digital, no VI Congresso Internacional DHJUS – Futuros Possíveis. Programa de Doutorado e Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça.



etapas sequenciais . A primeira etapa consiste no Mapeamento Setorial, com a coleta e análise de dados secundários de bases oficiais como o Censo Agropecuário do IBGE, para traçar o perfil sociodemográfico e produtivo das mulheres na agricultura familiar e no extrativismo . A segunda etapa, de Pesquisa Territorial, será realizada em cinco territórios estratégicos, sendo três terras indígenas e duas comunidades quilombolas . Serão utilizadas técnicas participativas, como entrevistas com lideranças femininas, grupos focais e cartografia social, respeitando os protocolos de consulta das comunidades .

A terceira etapa, de Investigação Institucional, envolverá entrevistas com operadores do sistema de justiça e gestores de políticas para a agricultura familiar para compreender como as instituições respondem às demandas dessas mulheres . Na quarta etapa, de Desenvolvimento Tecnológico, os dados coletados subsidiarão a construção da plataforma do Observatório, de forma participativa com as comunidades . A quinta e última etapa será a Implementação e Validação do Observatório, com a realização de oficinas de capacitação e avaliação de sua efetividade .

Como resultado, espera-se consolidar o "Observatório da Equidade de Gênero na Agricultura Familiar e Extrativismo Amazônico (OEGAEA)", um produto técnico-tecnológico multifacetado. Seus componentes incluem: uma plataforma digital com dados sobre a produção e os desafios enfrentados por essas mulheres; um aplicativo móvel ("Mulheres da Floresta") para registro de atividades e articulação em rede; um protocolo de boas práticas para políticas públicas; e uma rede colaborativa para articulação entre movimentos sociais e órgãos públicos.



### Considerações finais

O projeto transcende a produção de um diagnóstico ao propor a criação de um instrumento de intervenção social e de fortalecimento do acesso à justiça. O Observatório funcionará como uma ponte entre o conhecimento científico e a formulação de políticas públicas mais eficazes, fornecendo subsídios empíricos essenciais para a atuação de gestores, extensionistas rurais, defensores públicos e magistrados na região amazônica. Ao sistematizar dados e análises especializadas, a plataforma tem o potencial de superar desafios recorrentes, como a falta de informações qualificadas para a elaboração de políticas de crédito e assistência técnica voltadas para as mulheres (PIOVESAN, 2019) .

Ademais, a iniciativa contribui para o desenvolvimento de competências profissionais especializadas em direitos humanos e desenvolvimento rural sustentável (RAMOS, 2020) . Ao induzir a formulação de políticas mais inclusivas, o Observatório pode catalisar mudanças estruturais, promovendo um desenvolvimento que reconheça o protagonismo das mulheres negras e indígenas na segurança alimentar e na conservação ambiental. A viabilidade do projeto é reforçada por parcerias com movimentos sociais e pelo crescente interesse de agências de fomento em iniciativas com enfoque interseccional e de sustentabilidade .

**Palavras-chave:** justiça socioambiental; políticas públicas; agricultura familiar; interseccionalidade; equidade de gênero.



### Referências

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002 .

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016 .

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019 .

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, p. 287-324, 2008 .

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional**: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019 .

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020 .

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 79, p. 71-94, 2007.

SILVA, Marina Santos; TORRES, Maurício. **Mulheres da floresta**: trabalho e resistência na Amazônia contemporânea. Belém: MPEG, 2021 .